

O movimento de mulheres camponesas na serra catarinense: um espaço educativo e de emancipação feminina

The movement of peasant women in serra catarinense: an educational space and female emancipation

Irdes Lucia Guadagnin

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2004) e mestrado em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (2021). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: mulheres camponesas e movimento de mulheres camponesas. Email: irdesg@gmail.com

Mareli Eliane Graupe

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (20h) e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde (20h) na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPAL/SC). Coordena o grupo de pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/UNIPAL). Licenciada em Pedagogia (2001) e mestra em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (2004), doutora em Educação e Cultura pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha (2010), revalidação UFSM (2010). Pós-doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC (2011) e pós-doutora pelo Programa de Antropologia Social, UFSC (2012). Email: prof.mareli@uniplaclages.edu.br

Neiva Furlin

Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com doutorado sanduíche na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM); graduada em Ciências Sociais pela UFPR. Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NUPE) e líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC). Email: neiva.furlin@unoesc.edu.br

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre os impactos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a sua contribuição no processo de formação e de emancipação das mulheres camponesas do meio rural da região serrana de Santa Catarina. O Movimento de Mulheres Camponesas é identificado por suas integrantes como uma organização social de resistência e reexistência ao modo de produção capitalista. O Movimento é protagonizado por mulheres do campo em luta por formação, em defesa da equidade de gênero e dos direitos da cidadania. As principais referências teóricas usadas na análise são: Margaret Rago (1995), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2015), Catiane Cinelli e Marlene Ribeiro (2016), Carla Bassanezi Pinsky (1998) e Conceição Paludo (2009). É uma pesquisa de abordagem qualitativa, para a qual foram entrevistadas cinco mulheres no ano de 2020 por meio da técnica de entrevista focalizada (FLICK, 2009). As entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo de Mayring (2009). Foram elencadas três categorias principais: a) as relações de gênero na educação familiar e escolar; a influência da cultura do patriarcado; b) MMC como espaço educativo e de emancipação feminina. Os dados da pesquisa indicaram que os processos educativos no contexto familiar aconteceram bem diferenciados para as mulheres camponesas em relação aos homens camponeses da Região Serrana de um Estado do Sul do Brasil e que o movimento social foi um espaço primordial de formação e emancipação feminina para as mulheres camponesas. Diante disso, a resistência, a insurgência e a retomada de formação militante camponesa se faz necessária para dar continuidade ao enfrentamento do sistema capitalista hegemônico, do patriarcado e do machismo que se articulam e fortalecem mutuamente.

Palavras-Chave

Abstract

This article aims to reflect on the impacts of the Peasant Women's Movement (MMC) and its contribution to the process of training and emancipation of rural women's peasants in the mountainous region of Santa Catarina. The Peasant Women's Movement is identified by its members as a social organization of resistance and re-existence to the capitalist mode of production. The Movement is led by rural women in the struggle for training, in defense of gender equality and citizenship rights. The main theoretical references used in the analysis are: Margaret Rago (1995), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2015), Catiane Cinelli and Marlene Ribeiro (2016), Carla Bassanezi Pinsky (1998) and Conceição Paludo (2009). It is a research with a qualitative approach, for which five women were interviewed in 2020 through the focused interview technique (FLICK, 2009). The interviews were transcribed and analyzed according to Mayring's (2009) qualitative content analysis method. Three main categories were listed: a) gender relations in family and school education: the influence of the culture of patriarchy; b) MMC as an educational space for women's emancipation. The survey data indicated that the educational processes in the family context were quite different for peasant women in relation to peasant men in the Mountain Region of a southern state of Brazil and that the social movement was a primordial space for female training and emancipation for women. peasant women. Given this, resistance, insurgency and the resumption of peasant militant training are necessary to continue the confrontation of the hegemonic capitalist system, patriarchy and machismo that articulate and strengthen each other.

Keywords

Peasant Women's Movement, Feminist Epistemology, Educational space, Militance.

Introdução

Tecer abordagem na perspectiva feminista para as pesquisas é uma urgência da atualidade. No campo educacional, agrega-se maior pertinência, visto que afeta diretamente na formação de pessoas para a vida social. Se constitui, portanto, como um desafio, e este se apresenta ainda mais potente quando a abordagem tem o *locus* nas mulheres camponesas.

Deste modo, salientamos que percorrer um caminho de abordagem feminista em pesquisa com as mulheres camponesas implica assumir que estamos buscando dar evidência as suas vidas, aos seus saberes e fazeres. Em uma breve análise histórica, percebeu-se que as mulheres, vivendo no modo de produção capitalista hegemônico, centrado na cultura patriarcal, têm sido historicamente invisibilizadas, esquecidas e excluídas da participação em muitos espaços, especialmente nos locais de decisão e de poder. Também na academia, o universo camponês carece de presença e visibilidade. Assim, sublinhamos a importância de nossa abordagem em instigar reflexões acerca dos saberes e fazeres das mulheres camponesas na serra catarinense, que tem abrangência para além do campo da educação escolar, pois sua incidência afeta o campo da educação popular.

No levantamento de literatura para o nosso estudo, constatamos que, dentre as pesquisas e trabalhos realizados sobre mulheres camponesas, há um olhar direcionado para algumas regiões específicas de Santa Catarina: as regiões do Oeste e a litorânea do estado, onde o Movimento de Mulheres Camponesas existe desde a década de 1980.

Assim, este artigo tem por objetivo compreender como as mulheres camponesas da região serrana catarinense se inserem no MMC e qual sua importância para o processo de formação e de militância. É resultado de um estudo em nível de mestrado desenvolvida no período de março de 2019 a março de 2021, com de campo realizada por meio de entrevista focalizada segundo Flick (2009) no ano de 2020.

Nessa pesquisa foi priorizado o referencial teórico na perspectiva da epistemologia feminista, com foco no feminismo, equidade de gênero e movimentos sociais segundo: Hooks (2017), Rago (1996), Scott (1995), Safiotti (2015), Graupe (2014), Pedro e Pinsky (2012), Gomes (2018), entre outras. Salientamos, porém, que as referidas publicações não contemplam as mulheres da serra catarinense, mas são lentes teóricas que nos possibilitam compreender as trajetórias de militantes e os processos e emancipação das mulheres pesquisadas.

O texto está organizado em seis seções. A primeira apresenta o objetivo geral, os principais referenciais teóricos e a justificativa. A segunda aborda os conceitos sobre patriarcado e epistemologias feministas. A terceira apresenta o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil. A quarta, descreve os procedimentos metodológicos que foram usados para a realização da coleta e análise de dados. Na quinta seção é composta pela apresentação e discussão dos resultados e, por último tecemos as considerações finais da pesquisa.

1 A cultura do patriarcado e as epistemologias feministas como possibilidade de insurgência

O pressuposto elementar deste estudo foi embasado na epistemologia feminista em uma perspectiva de problematização ao patriarcado, em que buscamos ouvir mulheres nascidas, crescidas e educadas no meio rural e suas trajetórias de vida. Instigadas por diferentes agentes sociais, do campo eclesiológico, sindical, de organizações em educação popular, as mulheres despertam para um novo olhar, uma nova compreensão de si, da vida e da sociedade. Se, antes, o estar no espaço da casa as tornou invisíveis, ao fazer parte de uma organização se percebem capazes de fazer outros percursos, vindo a assumir papel de sujeitos sociais.

A região serrana, em sua constituição social, traz as características da cultura do coronelismo articulado com o patriarcado, sendo, ainda, espaço de grandes fazendas de gado, nas quais, segundo Locks (2016, p. 122), há uma relação de poder, domínio rígido e hierarquizado, onde “[...] o homem, enquanto chefe de família, [...] é quem detém a última palavra, pairando sob seu comando a mulher e os filhos, [...] A mulher e foi subsumida nas lidas da casa e na educação dos filhos”. São essas as mulheres que, por conta da referida cultura, têm ficado restritas no lugar privado da casa, invisíveis e insignificantes para o tecido social. Porém, com o envolvimento e participação em espaços de formação eclesial, de educação popular, a partir da década de 1980, tem início, na região, um novo ciclo, um percurso formativo, contribuindo no empoderamento, militância e emancipação das mulheres camponesas em suas trajetórias pessoais e coletivas.

Dialogamos, ainda que de modo sucinto, com as categorias do patriarcado, gênero e feminismos, no sentido de valorizar a ciência produzida pelas pessoas do gênero feminino que, historicamente, foram excluídas da história dita “oficial”, compreendendo gênero na perspectiva de uma categoria em permanente construção e desconstrução.

A narrativa do patriarcado permitiu construir significados que têm sido determinantes na vida das mulheres. Segundo Hooks (2017), o patriarcado¹ se apresenta como um sistema político-social com características assimétricas, de domínio cultural hierárquico. Refletir sobre esse sistema, e problematizá-lo, é de extrema urgência para a superação da inferioridade feminina, das desigualdades pessoais e sociais, uma vez que perpassa em todas as relações

¹ Ainda que essa categoria tem sido questionada por algumas abordagens do feminismo, consideramos que ela é fecunda para o nosso estudo, uma vez que para algumas perspectivas, como por exemplo, no feminismo materialista ela continua sendo usada para problematizar a realidade de opressão das mulheres.

peçoais e sociais. Já para Safiotti (2015, p. 33), o patriarcado é maléfico para a vida das pessoas porque as afeta em sua interioridade por estar imbricado nas relações que se estabelecem, assegurando, sempre, a superioridade vantajosa aos homens e aos homens brancos.

Se o patriarcado concede poder de superioridade aos homens, uma das urgências da atualidade está em compreender, e desconstruir, os mecanismos, os aportes teóricos que lhes dão sustentação, porque ele concede poder aos homens, segundo Hooks (2017), para impor o domínio sobre as outras vidas, consideradas inferiores:

O patriarcado é um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos que são considerados fracos, especialmente as mulheres, e dotados do direito de dominar e governar sobre os fracos, e de manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico e violência (HOOKS, 2005, p. 17).

Desconstruir essa narrativa cultural potencialmente hierárquica, que trata a mulher como ‘invisível, ou mulher de alguém’, ‘inferior’, nos possibilita alargar horizontes, pôr cunhas que permitam perceber uma outra cultura emergente em construção, centrada na busca por superar o patriarcado. Nessa perspectiva, passam outras relações pessoais e sociais que impactam com o patriarcado, por isso, têm poder para apontar outras possibilidades e caminhos equitativos.

Enquanto no sistema do patriarcado se exercita o poder de domínio, as mulheres permanecem à sombra, invisíveis e excluídas de dizer sua palavra. Dentre as autoras feministas, destacamos Bell Hooks (2018) e sua obra “O feminismo é para todo mundo”, na qual a autora afirma que o patriarcado é um sistema de domínio, violento, assustador, terrorista, que se impõe pela cultura, e quando essa não dá conta, faz uso também da força, caracterizada pela “violência patriarcal”, conceito adotado por Hooks para se referir à “violência doméstica” (HOOKS, 2018, p. 95, grifos da autora).

Essa perspectiva apresentada por Hooks (2018) objetiva superar o sexismo que normalmente põe o homem como principal inimigo da mulher feminista, quando o vilão é o sexismo patriarcal, pois é ele que oprime, exclui e violenta as mulheres historicamente. Buscamos em Costa a afirmação de que “[...] os homens não são o problema principal, mas sim o sexismo, o patriarcado e as relações assimétricas de poder, da supremacia branca heteronormativa binária (feminino/masculino)” (COSTA, 2018, p. 190).

Portanto, se os homens não são o problema principal, problematizar o sistema é o ponto de partida. Estamos, então, afirmando que a emergência na desconstrução e superação do patriarcado passa pelo viés da construção do feminismo. O feminismo também é um processo em construção e, independente do gênero, deveria ser uma responsabilidade de todas as pessoas, visto ser uma construção social, não pré-determinada biologicamente. Por isso, como categoria de análise, propõe questões de base para o caminho da superação da relação patriarcal.

Dialogar com a categoria de gênero² é interagir com processos de desconstrução e reconstrução da nova cultura. Nesse sentido, Camila Gomes afirma que: “[...] o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocar em questão os sujeitos – como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos” (GOMES, 2018, p. 66). Desse modo, o colocar em questão a vida das mulheres no sistema do patriarcado é mexer no tabuleiro do poder.

² Joan Scott que é uma referência internacional nos estudos de gênero enquanto uma categoria de análise histórica, afirma que: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Após evidenciar teoricamente a influência do patriarcado na construção de narrativas sobre a submissão das mulheres na nossa cultura ocidental, apresentamos as contribuições da epistemologia feminista para o questionamento da visão masculina de ciência que historicamente invisibilizou outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão do mundo. Trata-se de uma epistemologia, na qual as mulheres são protagonistas de seus saberes e fazeres.

Trazer uma definição de epistemologia feminista é ainda bastante complexo, e difícil, podemos dizer, porquanto constatamos que ainda há poucas elaborações/publicações sobre essa teoria no Brasil. No entanto, à medida que vamos fazendo perguntas e buscando respostas, também podemos aprender e, ao mesmo tempo, contribuir com o processo e com a luta feminista em prol da equidade de gênero.

Para tanto, afirmar uma maneira feminista de fazer/escrever história requer rever o método usado. Aqui está, pensamos nós, um dos segredos em poder evoluir para um novo jeito que a epistemologia feminista busca enfatizar. Não basta, portanto, ser mulher que pesquise/elabore para fazer a mudança, pois isso tem a ver com o jeito de fazer. Esse método dá espaço para o olhar, contemplar e refletir sobre as experiências de vida das mulheres, enquanto sujeitos históricos.

Segundo Joana Castro (2020), a epistemologia feminista é, para além de uma teoria que serve à estrutura clássica da ciência, “androcêntrica, objetiva neutra e universal”, uma ciência, portanto, que implica valores sociais, humanos e subjetividades. Ao fazer uma outra investigação, essa epistemologia traz outra perspectiva científica, apontando que as mulheres são capazes de produzir ciência e questionam o paradigma do conhecimento que as tem excluído, defendendo o direito a sua inclusão, porque são, sim, capazes de produzir ciência.

Pensamos que a epistemologia feminista está em fase de afirmação de seu modo de produção de conhecimento científico. Encontramos diversas teorias e tendências sob a mesma construção de pensamento, por isso ela é caracterizada por “epistemologias feministas”. Segundo Joana Castro (2020), essas teorias buscam estudar como gênero influencia na produção e validação do conhecimento. Cita, dentre as várias tendências de epistemologia feminista, a perspectiva liberal (luta contra o patriarcado, pelos direitos), a marxista (a luta se trava nas questões de classe e reprodução), a feminista radical (ênfata as questões relativas a sexualidade), a psicanalítica (profundamente envolvida com a psique humana), a socialista (prioriza as questões de raça e cor), a ecofeminista (centrada na libertação), a fenomenológica (dá importância à subjetividade e experiências) e a perspectiva feminista pós-modernista (afirma que a diferença nos faz especiais, problematiza o pensamento racional).

Obviamente que se existem mulheres, sua existência é presença temporal, não existem no abstrato. Pode-se dizer que, na temporalidade, e de acordo com Paulilo (2016, p. 53), “[...] toda mulher inserida em uma realidade socioeconômica e cultural que, por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema ‘mulher’ seja um problema único” (grifos da autora). Em não sendo único, traz implicações sociais aos homens e mulheres e à sociedade em geral.

As epistemologias feministas fazem a crítica a este modelo tradicional de produzir ciência, oriundo e amparado no modelo ocidental sexista e racista, por consequência, incapaz de incluir a diferença. “Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (RAGO, 1995, p. 4).

Ao apontarmos o limite do referido modelo tradicional de fazer ciência, para Rago (1995), somos impulsionadas a pensar que o paradigma epistemológico feminista poderá mudar as estruturas e as práticas do conhecimento, cientes de que as relações de poder se evidenciam também na produção de saberes.

Nessa perspectiva, a autora instiga a pensar uma epistemologia feminista, ou um

projeto feminista de ciência, que implica pensar a partir de diferentes sujeitos, com outra linguagem, produzindo conhecimento a partir de outras vozes – que sejam capazes de questionar as formas de conhecimento vigente. Pensamos que quando a mulher vai para o centro, ou para a circularidade da história, ela engendra um modo feminista de pensar, e de fazer. Mas, qual será mesmo a peculiaridade da epistemologia feminista?

Ousamos pensar que essa epistemologia muda a linguagem, o olhar, a compreensão, a teoria e a prática. Constrói-se, podemos dizer, uma nova ordem para explicar o mundo, a vida e os fenômenos. Essa pode potencializar o feminismo e o poder político capaz de incluir as pessoas que estão à margem de quase tudo, pelo fato de pertencer ao gênero feminino, lembrando ainda das categorias da diferença, como raça/etnia, classe social, orientação sexual, religião, etc. Contudo, um cuidado que esse processo requer é evitar, ao propor um outro jeito, uma outra relação no produzir conhecimento, ou seja, não repetir o que criticamos e repudiamos. Evitamos, portanto, um poder, uma epistemologia nova que pretenda controlar o pensamento, fechando-se em uma nova hegemonia. Segundo Rago (1995), com as categorias das epistemologias feministas, mudanças possíveis podem ocorrer nos referenciais teóricos pré-determinados na cultura e nas ciências humanas.

2 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil

No Brasil, na década de 1980, durante a retomada da democratização, surgiram vários movimentos sociais. Nesse bojo teve origem o MMC com denominações diferentes à medida em que mulheres de diversos estados da federação se organizavam. De acordo com Ana Carolina de Assis Marinho da Silva e Valéria Marcondes (2014, p. 13), “[...] o movimento se organizava influenciado pela igreja Católica, as CEB’s, na busca por direitos individuais e sociais”.

Desde a origem, o MMC se destaca na luta principal, centrado na conquista de direitos. Segundo Conte, Martins e Daron (2009, p. 87), “[...] diante da exclusão histórica construída pelo patriarcado, que tratou de invisibilizar tantas mulheres e suas lutas, é que surgem movimentos específicos de mulheres”. Na concepção dessas autoras, esse embrião de organização das camponesas foi se construindo com a marca de uma organização ou como “[...] um movimento social e vai dando passos como classista, camponês e feminista” (p. 122). Isso pressupõe uma luta pela transformação humana e social, com respeito às diferentes culturas e baseada na realidade vivida pelas camponesas, na busca de “reconhecimento do papel da mulher camponesa” num outro projeto econômico e alternativo no que tange à agricultura camponesa para produção de alimentos.

O MMC, enquanto movimento, conseguiu ampliar a informação e formação para mulheres camponesas, com isso, alcançou outras conquistas, como, por exemplo:

[...] documentos pessoais e profissionais (Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física/CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/ Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso das assalariadas rurais) (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 81).

Trazemos um breve destaque em relação às principais conquistas do MMC em suas quatro décadas de envolvimento e lutas, desde a redemocratização do Brasil, na década de 1980. Foi nesse período que as mulheres trabalhadoras do campo, por conta das instigantes provocações da igreja através da teologia da libertação, saíram do espaço da casa, porque havia demandas reprimidas e mudanças a serem realizadas. Uma das demandas urgentes foi o

reconhecimento profissional das trabalhadoras do campo, pois, aquelas que, porventura, não acessam esses documentos, passam toda sua vida no anonimato.

Na literatura revisada e por nossa inserção enquanto cientistas e militantes, observamos que as mulheres do campo vêm travando uma história de lutas que resultaram em conquistas para si, suas famílias e para a organização na categoria de camponesas. No entanto, ainda permanecem desafios em manter a em vista dos avanços necessários na perspectiva da desconstrução da cultura do patriarcado e do machismo, bem como na ampliação de espaços de formação, com viés da educação popular e militância. Isso como possibilidade para ampliar a luta e integrar novas participantes, garantindo a permanência de mulheres no campo, cuidando das vidas, do planeta e produzindo alimentos saudáveis.

Outra constatação é a de que o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil continua buscando potencializar a capacidade de organização e de lutas. Na serra catarinense, embora o processo parece ser mais lento, evidencia-se certa persistência de que é possível fazer mudanças em um cenário de abandono e de invisibilidade a que a história do patriarcado coronelista serrano relegou essas mulheres.

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo se ancora na abordagem qualitativa, com uso de entrevistas focalizadas para coleta de dados, seguindo os pressupostos de Flick (2009) e com análise de conteúdo qualitativo conforme Mayring (2009).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer 3.620.083/2019, e realizada no período de janeiro a maio de 2020. Trata-se de uma pesquisa social que prioriza a história de algumas mulheres camponesas que exercem papel de liderança no Movimento de Mulheres Camponesas da Região Serrana, de um estado do Sul do Brasil. Desse modo, a pesquisa possibilitou às participantes narrarem com liberdade os assuntos pertinentes as suas vidas.

No que diz respeito ao perfil das participantes, destacamos que são mulheres nascidas e educadas no meio rural; de famílias de origem camponesa que se enquadram no perfil de “agricultoras familiares”, ou seja, pequenas propriedades de terra de onde tiram o sustento para os membros da própria família. Nesse cenário, as mulheres desde muito cedo vão para a “lida” no campo, onde aprendem a revolver a terra, a plantar, a cultivar, a colher e a partilhar. Cultivam, ainda, plantas medicinais, herança propagada pelas ancestrais no cuidado com a saúde e a qualidade de vida. Cultivam e colhem alimentos saudáveis, sem venenos, sem modificações genéticas, sendo essa uma prática que faz parte dos princípios e valores do Movimento das Mulheres Camponesas.

Fazem parte, portanto, da nossa lista de entrevistadas, a *Girassol*³, uma mulher de 60 anos de idade que nasceu e até hoje vive na região. Casada, por alguns anos viveu em outra casa, mas, para cuidar da mãe idosa, que é dependente, voltou para a residência de origem. Tem três filhos, duas (2) mulheres e um (1) homem, que é portador de problema neurológico, ou seja, tem convulsões e depende dos cuidados da mãe. Há, também, o marido, que necessita de atenção cuidadosa por conta de problemas cardíológicos (safinado). *Girassol* é professora aposentada, tem a liderança da casa e a exerce também na comunidade/igreja católica do local. Cultiva muitas flores, plantas medicinais e hortaliças de forma ecológica. Sua casa é um espaço “místico”, uma espécie de “refúgio” no qual há uma simbologia e uma mística fortes, com imagens, livros, flores, espaço em que articula as orações, as bênçãos e as plantas medicinais, os chás, as pomadas. A espiritualidade é um componente importantíssimo nesse

³ Os nomes fictícios de flores foram escolhidos pelas próprias entrevistadas.

cuidado que realiza.

A segunda entrevistada optou pelo codinome *Adália*. Num gramado bonito, à sombra das árvores, cercadas por galinhas e pintinhos, o cão amigo deitado ao lado, fomos calmamente conversando sobre a sua trajetória de vida no Movimento das Mulheres Camponesas. *Adália* nasceu, cresceu e vive no mesmo lugar, de difícil acesso, bem longe do centro da cidade. É solteira, tem setenta e oito (78) anos, aposentada como trabalhadora rural e a mais velha numa família de onze (11) irmãos, cinco homens e uma mulher que não estão mais vivos. Sua mãe (*in memoriam*) era completamente analfabeta, e atuava como benzedeira. O pai faleceu cedo, quando *Adália* era bem jovem. De origem muito pobre, desde cedo assumiu a responsabilidade de cuidar dos irmãos logo que nasciam, porque a mãe, mesmo em período de dieta, precisava ir à roça trabalhar para garantir o alimento. Por esse motivo, *Adália* estudou apenas até a “terceira série”. Até a idade adulta, sua vida se resumiu em ir à escola (os três primeiros anos do Ensino Fundamental), ir à igreja católica e aos velórios, acompanhada pelos familiares. A casa de *Adália* é bem simples e ela vive basicamente do salário mínimo da aposentadoria e, claro, não faltam as galinhas no quintal, os porcos na encerra, as hortaliças, as flores e as plantas medicinais.

Em continuidade, a terceira entrevistada foi *Violeta*. Tem sessenta e nove (69) anos, é solteira, mãe de uma filha de quarenta e dois (42) anos e tem duas (2) netas, uma de quatorze (14) e uma de quinze (15) anos. Para nossa conversa, nos sentamos à sombra de uma árvore, sem pressa, enquanto pássaros cantarolavam voando nos galhos, acrescentando uma bela sinfonia ao nosso diálogo. *Violeta* estudou, como ela diz, dois anos a cartilha e depois o primeiro ano, porque a escola era longe e não havia companhia para ir. É a penúltima de uma família de 11 irmãos. Também aposentada como trabalhadora rural, vive desse recurso, cria uns pequenos animais (porcos, galinhas) e cuida de seus canteiros de chás e hortaliças.

A quarta entrevistada é *Rosa*, que vive no interior do município desde que nasceu. Tem cinquenta e dois (52) anos de idade, é casada e possui dois (2) filhos homens. A entrevista foi realizada no espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, onde, no dia 08 de março de 2020, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, aproximadamente 100 mulheres afirmaram a preocupação com o desmonte das políticas públicas e a necessidade da retomada de reorganização dos grupos de base - com formação e mobilização. A entrevista transcorreu tranquilamente numa sala onde ficamos à vontade para conversarmos.

Por fim, a nossa quinta entrevistada foi a camponesa *Melissa*, de um município onde ainda existem grandes fazendas. Essa entrevista foi *online*, gravada pelo aplicativo *Google Meet*, uma vez que fomos impossibilitadas de fazer encontro presencial por conta da COVID-19. Foi realizada no dia 18 do mês de maio, das 15 até as 17 horas. A entrevistada é filha de migrantes do Rio Grande do Sul, família que se desenvolveu com os trabalhos na e da terra, em propriedade que não lhes pertencia. É de família arrendatária do campo onde trabalharam. É a filha, primogênita de mais cinco dos seus irmãos, três mulheres e dois homens. *Melissa* tem 58 anos, é casada e mãe de duas filhas e dois filhos. Foi também um diálogo tranquilo, que nos permitiu ouvir e interagir durante a entrevista.

Quadro 01 - Síntese do Perfil das participantes

Nome	Idade	Escolarização	Estado Civil	N. de Filhas/os	Ocupação	Religião	Período de participação no MMC
Rosa	52 anos	Ensino médio	casada	02 H	Agricultora e da direção do sindicato STR	Católica	Desde as origens, década de 1980

Violeta	69 anos	Ensino fundamental	solteira	01 M	Agricultora aposentada	Católica	Idem
Adália	79 anos	Ensino fundamental	solteira	Nenhum	Agricultora aposentada	Católica	Idem
Girassol	60 anos	Curso superior	casada	04 - 02M; 01H	Aposentada como professora e agricultora	Católica	Idem
Melissa	58 anos	Curso superior	casada	04 - 02M; 01H	Agricultora aposentada, e presidente do sindicato/ STR	Católica	Idem

Fonte: Próprias autoras (2021).

No quadro 01, com a síntese do perfil das participantes da pesquisa, gostaríamos de destacar dois aspectos relevantes para a análise dos dados: a) todas as entrevistadas são católicas; b) a faixa etária é de 52 anos a 79 anos.

As entrevistas focalizadas e as anotações no diário de campo foram analisadas de acordo com a técnica de explicação da análise de conteúdo qualitativo de Mayring (2009). Os dados foram agrupados em duas categorias: a) as relações de gênero na educação familiar e escolar: a influência da cultura do patriarcado; b) MMC como espaço educativo e de emancipação feminina. As participantes da pesquisa compartilharam suas experiências sobre a própria trajetória de vida no que tange a seus processos nas relações familiares, educacionais e militantes. Falaram sobre suas experiências de engajamento na vida social, nos aspectos educativo, religioso, político, cultural, econômico e de militância nas organizações sociais.

4 Apresentação e discussão dos dados

Nesta seção são apresentados os resultados e a discussão dos dados da pesquisa sobre as relações de gênero na educação familiar e escolar: a influência da cultura do patriarcado; b) MMC como espaço educativo e de emancipação feminina.

4.1 As relações de gênero na educação familiar e escolar: a influência da cultura do patriarcado

Ressaltamos que a cultura da região serrana, como bem nos situaram Locks (2016) e Munarim (1990), apresenta fortes características do coronelismo que exerce influência na história das relações econômica, política e social, que impõe um papel de subserviência às mulheres. Merece destaque que as mulheres oriundas da cultura da fazenda estiveram ‘submissumidas’, ocupadas com os afazeres da casa, somente com a possibilidade da educação informal e isso marcou profundamente suas vidas.

Mas o meu pai não permitiu que eu fosse estudar porque eu tinha que criar os irmãos, os outros mais novos. [...] Eu sentia na pele assim que, o pai gostaria que eu tivesse sido menino. Então até muitos anos eu tinha este sentimento no meu coração, que meu pai gostava mais dos irmãos do que nós meninas. Mas eu nunca deixei de sonhar e lutar. A única coisa que a gente podia fazer, era ir à missa; os meninos já podiam ir ao futebol”.
(GIRASSOL, 2020)

Como dissemos, essas marcas foram tão impregnantes, exerceram um poder tão expressivo que atingiram subjetividades, colocando as mulheres numa situação de desvalorização tal, que, a fala de Violeta, elas próprias tinham preferências pelos engajamentos públicos dos homens, rejeitando aquelas atuantes nos espaços públicos.

Violeta (2020), assim expressa; *“Pois por incrível que pareça, mas eu não senti tanta rejeição dos homens, mais foi das próprias mulheres né. De que sindicato não era lugar para mulher, sindicato era para o homem, a mulher tinha que ficar cuidando da família, ou em casa”*. Conforme se observa, os efeitos maléficos da cultura do patriarcado coronelista na vida dessas mulheres têm início nas relações familiares, da casa, e se estendem para as relações sociais. De modo que algumas mulheres reproduzem no controle do lugar que lhes “deve ser possível ocupar”.

Contudo, esse lugar proibido para as mulheres é controlado sobretudo pelos homens, como se evidencia na fala da Girassol (2020): *“até mesmo nas reuniões, os homens não davam muita abertura para que as mulheres pudessem falar, nem valorizavam muito”*. Violeta (2020) também deixa evidente que a educação marcadamente machista reduziu o papel das mulheres aos cuidados da casa, dos filhos: *“fui educada pelo pai, que mulher tem que cuidar de casa, da família, dos filhos do marido, menos lá fora, lá é para o homem né”*. E Adália, reafirma que sua família tinha preferência pelos meninos e eles possuíam privilégios: *“A minha mãe gostava muito de piá, então o menino era privilegiado sempre pelo pai e pela mãe. Eles podiam passear, nós meninas só podíamos ir à missa no domingo ainda acompanhadas pela mãe”*.

Nós somos 5 irmãos, na época assim na parte da educação que eu digo foi o estudo, porque eu lembro que os vizinhos homens, diziam isso para o pai, que mulher não precisa estudar, que mulher é pra casa, pra trabalhar nos serviços de casa. Eu sinto porque meu pai não deixou eu estudar mais né. (ROSA, 2020).

Embora não esteja explícito, o processo educativo das mulheres camponesas da região perpassa em suas falas de modo sutil. São indícios de que os processos educativos aconteceram num paradigma patriarcal, centrado na figura do pai, sem a participação da mãe, e com a influência dos outros homens sem relação de parentesco com essas mulheres. Assim, desde cedo, os homens decidiram sobre as possibilidades de “deixar” ou não que as filhas mulheres estudassem. Obviamente que, segundo afirmaram, os vizinhos acabaram por exercer potencial decisivo, o pai/homem respeita opiniões em desfavor da filha mulher, como a de que, para trabalhar na casa, não há necessidade de estudar, sem ter sequer perguntado a ela se gostaria ou não de frequentar uma escola.

Essas falas deixam transparecer relações de gênero assimétricas, desiguais, desde o cotidiano da vida, o que também permite cristalizar direitos e oportunidades desiguais, ou seja, maiores, melhores e superiores aos filhos homens, confirmando uma hierarquização estruturante das relações, porque, de acordo com Paulo Neto e Carvalho (2012, p. 25), “a vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica”. Ou no sentido de Scott (1995), as relações sociais estão constituídas de gênero e, nesse caso, os papéis são divididos de acordo com o imaginário da cultura patriarcal internalizada nas subjetividades das famílias camponesas.

Esse breve recorte nos permite confirmar que a ingerência da cultura do patriarcado coronelista foi determinante para que as mulheres camponesas da região estivessem ocupando o lugar da invisibilidade e da insignificância. Apontam, ainda, que, num determinado período do processo, houve início de mudanças: *“Então já tá se despertando mais de uns dez anos pra cá, mas ainda é muito forte”* (Violeta, 2020). Desse modo, a figura do homem/pai, com poder de decisão exclusivo, decidiu que a filha mulher não tinha necessidade de estudar.

Conforme se observa, as relações de gênero estão imbricadas em todas as dimensões

da vida, inclusive na escola. Compreendemos essa instituição como um espaço significativo para a formação das pessoas porque, nela, são construídas e firmadas compreensões de culturas, de epistemologias, de comportamentos, de mundos. De acordo com Graupe (2014), a educação tem papel decisivo a cumprir na perspectiva de oferecer às pessoas processos educativos que respeitem as diferenças e combatam as desigualdades, pois, educar para o respeito e valorização quanto às diferenças se constitui possibilidade de superação da cultura que naturaliza desigualdades.

No entanto, ouvimos falas como as de Girassol (2020) sobre sexismo na escola: *“mesmo que era uma professora, mas ela tinha sempre o costume de dizer, porque ora, ela sendo mulher ela dizia: os homens, os meninos, são feras na matemática, e as meninas parece que nasceram só para lavar louça”*. Em casa, o pai tem o poder de mandar e decidir sobre a vida das filhas mulheres. Na escola, a professora, embora mulher, repete o mesmo modelo de relação, sustentando e dando vazão a um estilo de vida no qual a mulher é uma ‘serviçal’, cumpridora de ‘ordens’ do marido ou do pai, com o agravante de ser mantida restrita ao espaço da casa.

Essa cultura afeta diretamente a vida das mulheres do meio rural, colocando-as numa condição desigual e de inferioridade. Segundo afirmação da Girassol (2020): *“então, isso machucou muito, muito mesmo – essa fala da professora de Matemática dizendo que nós meninas só servimos para lavar louça”*. Compete reiterar que esses estereótipos de papéis tradicionais de gênero são frutos da cultura do patriarcado machista e coronelista.

Violeta também relatou que *“foi educada pelo pai, que mulher tem que cuidar de casa, da família, dos filhos do marido, menos lá fora; lá é para o homem né”*. Segundo Melissa: *“Quando terminei o ginásio eu parei, era tudo particular né, você lembra, a gente não tinha essa questão como se tem hoje, a educação pública”* (MELISSA, 2020).

Pelos relatos, constatamos que, embora as entrevistadas não façam uso da categoria gênero de modo explícito, talvez por não a terem incorporado no cotidiano da sua linguagem, essa categoria está muito presente e faz parte da complexa reflexão sobre o que seus familiares ensinavam sobre ser mulher e homem na sociedade. Isto é, ela constitui as relações sociais com bem tem afirmado Scott (1995).

A pesquisa indica a necessidade de insistir, investir no fazer da educação em gênero uma chave de leitura desconstrutora da cultura das desigualdades, sem anular as diferenças, porque, segundo Haraway (2004, p. 209): *“Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença”*. Há que se respeitar as diferenças e refutar as desigualdades.

Nessa perspectiva, educar para o pluralismo, a equidade de gênero, a desnaturalização da cultura do patriarcado e do coronelismo são possibilidades para, como tem ensinado Paulo Freire (2016), construir condições para desalojar o opressor que ainda habita em nós, muito embora essa educação seja de complexidade, para um processo de transição que já está em curso e nos instiga por toda a vida. Por isso, aprofundar esse debate, a problematização em torno da categoria de gênero, tem sido uma das principais demandas da contemporaneidade. Nela, o respeito à diferença se impõe como necessidade para o estabelecimento de relações simétricas.

4.2 O MMC como espaço educativo e de emancipação feminina

A partir do diálogo e da escuta das mulheres camponesas participantes da pesquisa, percebeu-se que trajetórias de vida são circunstanciais, peculiares e diversificadas. Sua complexidade traz limites à compreensão. Não obstante esses limites, consideramos que, para além das dificuldades e problemas enfrentados, as mulheres entrevistadas romperam com o

limite da casa imposto pelo patriarcado coronelista regional. Esse processo foi sendo engendrado a partir do momento que foram instigadas a outras percepções, a um despertar de interesse e gosto para ocupar espaços de participação pública.

Foram essas forças que deram origem e desencadearam um novo projeto de vida para as mulheres camponesas. Para a materialização do referido projeto, o primeiro passo, que abriu um leque de perspectivas, foram os convites, as leituras com abordagens coletivas e de organizações de mulheres. Isto é, desde a leitura Bíblia nos cursos da Igreja na perspectiva da Teologia da Libertação até o sindicalismo, o que as instigou e animou a sair da “casa” para entrar “no” e “ficar” em movimento nos espaços públicos daquele tempo, conforme podemos constatar nas narrativas das entrevistadas: *“Graças aos Movimentos Populares pensar coletivamente, que na CPT [...], a gente aprendia muito isso, a ter esse olhar para as mulheres, a história das mulheres[..], eu fui. Foi a primeira vez que eu fui para o mundo como se diz”* (Melissa, 2020).

Na década de 1980, a Igreja católica e o Centro Vianey de Educação Popular tomaram a iniciativa de ofertar/possibilitar oportunidades para um “sair de casa”. Essa iniciativa permitiu que as mulheres do meio rural se reconhecessem e conhecessem a proposta do Movimento, que possibilitava espaços de formação e de aprendizado, conforme relatos das entrevistadas: *“porque tinha o Centro Vianey, tinha a Ir, Jandira, o Pe. Geraldo na época, a Ir, Angélica, quantos né que passavam por ali e que vinham trabalhando com a gente essa questão, o Munarim, o Sergio Sartori. O Vianey era um espaço de formação”* (MELISSA, 2020). E ainda, *“Foi lá, teve cursos, encontros, o professor Sergio, o Pe. Geraldo, Ir. Jandira, e os demais profissionais que lá trabalharam”* (VIOLETA, 2020).

Adália enfatiza, na sua narrativa, a importância de incentivar as mulheres a participar do MMC e se engajar na luta por direitos *“Sem ter medo, vá em frente para garantir nossos direitos conquistados, senão nós (SIC) podemos perder* (ADÁLIA, 2020). Na sequência, ela conta sua história de luta: *“[...] quando eu vi estava (SIC) sendo até coordenadora do movimento de mulheres agricultoras na época, estadual. E a gente foi incentivando as mulheres, para lá e para cá, até que foi dando certo”* (ADÁLIA, 2020).

A participação em uma organização própria de mulheres do meio rural, articulada com outras organizações parceiras, contribuiu para a ruptura da invisibilidade quando essas mulheres se reconheceram como pessoas importantes, valorizadas, elas também aprenderam a ousar, a voar e a se tornarem militantes. Essa participação se tornou um processo permeado pela necessidade de diversas superações, a começar pela recuperação da baixa autoestima, do vencer o medo para sair de casa e ir ao encontro das formações oferecidas. Desse modo, se evidencia que o próprio MMC se tornou um espaço educativo e de emancipação feminina. Isso porque, elas foram rompendo com as normas de gênero da cultura patriarcal que as havia constituído como inferiores e não aptas para o espaço público.

Essa realidade se confirma no relato de Melissa (2020): *“E quero continuar sendo, não me arrependo sempre saía de casa, por todas as nossas mobilizações”*. O sair de casa foi o elemento fundamental e decisivo para superar limites, buscar formação, construir a própria autonomia e conquistar emancipação.

Outra característica importante que merece ser ressaltada é que, junto com a recuperação da autoestima, também fluiu a percepção e aprendizado de que as mulheres podem ser valorizadas a partir delas próprias. Como bem afirmou Rosa (2020): *“foi através do Movimento que a gente descobriu que a gente mesmo tem que se valorizar”*. Essa descoberta potencializou a recuperação do orgulho no que tange ao ser mulher do meio rural, mas com o relevante detalhe da especificidade cultural da região serrana de SC, a chamada “cultura cabocla”, tão peculiar da população serrana, explicitada orgulhosamente por Violeta:

[...] Não ter vergonha de ser trabalhadora rural. Tenho de agradecer o pessoal da Igreja que me deram muita força. Eu gostei mais, onde eu ficava mais junto com as mulheres do movimento de Mulheres, com as pastorais, com entidades, os conselhos. A minha faculdade que eu participei foi lá no Centro Vianey de Educação popular". (VIOLETA, 2020)

As narrativas das entrevistadas apontam que, por meio da formação recebida - inicialmente proporcionada por diferentes entidades ou organizações sociais, mas na continuidade pelo próprio Movimento de Mulheres Camponesas -, o caminho para a construção da autonomia foi se consolidando. Aprender a fazer coisas novas, com novos paradigmas - o da inclusão e do feminismo, ainda que de forma mais indireta, pelas camponesas da região -, serve para mudar o cenário pessoal e social da região serrana, aspecto explicitado na fala de Girassol (2020): *"E o maravilhoso, que foi desse movimento que deu toda essa abertura, que as minhas filhas cresceram assim também. A mulher ter autonomia de estudar, buscar, dirigir, ter a sua vida né, uma autonomia com responsabilidade"*. Trata-se, portanto, de uma autonomia conquistada pela militância dentro dos movimentos sociais populares, que se configura em uma nova subjetividade, de mulheres que se sente capazes para outras atividades, que não se limitam ao espaço privado.

O conhecimento adquirido/construído pelas mulheres do meio rural, tanto na região pesquisada quanto nas demais regiões do Brasil, é um importante fator que gera libertação econômica e política para a construção do projeto de vida com vistas a uma sociedade feminista e sem classes, processo em construção pelo MMC/Brasil. Segundo Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020, p. 76), *"[...] a luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho nesse sistema são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação"*.

Ainda, de acordo com as autoras, uma libertação para o MMC passa pela construção do Feminismo Camponês e Popular, e tem como pressuposto as experiências e reflexões vivenciadas pelas mulheres camponesas do próprio movimento (ALMEIDA; JESUS, 2020). Nesse sentido, destacamos Haraway (2004), quando nos propõe ampliar a reflexão sobre os saberes localizados na perspectiva de reconhecer os saberes e fazeres situados nos espaços onde estão a fluir as vidas das camponesas. Assim, nosso estudo resulta de uma interlocução com os saberes das mulheres camponesas/caboclas da região serrana de SC.

Reiteramos que as falas aqui evidenciadas dão indicativos da relevância que a participação no Movimento de Mulheres Camponesas tem sobre as vidas das mulheres do meio rural. Se tornou para elas um espaço educativo para sua emancipação social, mas também um lugar para descolonizar o pensamento patriarcal e colonial que as subjetivou como mulheres inferiores e destinadas ao mundo doméstico. Assim nos parece importante dar destaque a perspectiva decolonial. De acordo com Gomes (2018) e Castro (2020), a 'ocupação' territorial no Brasil se deu num processo colonizador. Na região serrana de SC, não foi diferente. Para uma epistemologia na perspectiva da decolonialidade, implica trazer para o bojo das narrativas e das pesquisas as lutas e conquistas do contingente de pessoas à margem do processo, entre as quais, as mulheres camponesas.

Destacamos, nesse bojo, as mulheres latino-americanas, espaço cuja origem da colonização se deu num viés de domínio patriarcal, com características ocidentais, sexistas, racistas e excludentes. São, para tanto, necessárias reflexões de desconstrução e reconstrução dos conhecimentos críticos com os referidos recortes de classe, raça e gênero, em uma busca incessante de ressignificar o fazer científico.

Na articulação dos saberes localizados com processos de decolonização, inserimos as mulheres do meio rural, particularmente da região serrana, objeto da nossa pesquisa. Mesmo sem ter a clareza no fazer esse processo, as participantes afirmam que a partir da trajetória no e com o MMC elas passam a compreender a história, desenvolvem possibilidades de análise e

também começam a assumir um lugar de liderança em suas comunidades, na organização sindical, nos movimentos sociais populares, na luta por justiça, direitos, políticas públicas e de libertação. Cumpre, portanto, afirmar que a libertação das mulheres do colonialismo patriarcal haverá de ser obra de suas próprias lutas e conquistas, ou, então, será discurso vazio de sentido. Reiteramos que as mulheres camponesas da região serrana afirmam a importância de conquistar libertação/autonomia, ainda que não tenham usado diretamente essa terminologia.

Considerações finais

Nesse artigo assumimos como objetivo refletir sobre os impactos do MMC e a sua contribuição no processo de formação e de emancipação das mulheres camponesas do meio rural da região serrana de Santa Catarina. Para isso, desenvolvemos uma reflexão acerca do patriarcado e das epistemologias feministas com o intuito de melhor compreendermos como o patriarcado, enquanto um sistema político-social impregnado nas relações sociais assimétricas e hierárquicas, mantém a supremacia branca e masculina. Por sua vez, alargar a compreensão sobre as epistemologias feministas com o objetivo de questionar, tecer possibilidades de incluir sujeitos históricos invisíveis e considerados insignificantes, como no caso das Mulheres do MMC. Isso nos ajudou a perceber a necessidade de nos debruçarmos com afinco sobre essas temáticas emergentes e instigantes.

Os resultados do estudo apontam que os processos formativos construídos na militância, com conhecimentos pautados na educação popular, permitiram às mulheres autoconfiança, credibilidade e condições para encontrar mecanismos de superação de papéis sociais determinados e da invisibilidade a que a história coronelista e machista da região as relegou. Os relatos das interlocutoras evidenciam que participação no movimento fez toda a diferença em suas vidas. Essas mulheres, ao saírem do espaço que a cultura patriarcal as destinou, superam o jargão da invisibilidade, rompem normas de gênero que as assujeitavam e se constituem se-sujeitas de suas vidas, portanto, se tornam protagonistas de novas trajetórias de participação social e política. Desse modo é possível afirmar que o MMC se tornou sim um espaço educativo, libertador e emancipador para essas mulheres.

Em síntese, os dados da pesquisa indicaram que os processos educativos no contexto familiar aconteceram bem diferenciados para as mulheres em relação aos homens camponeses da Região Serrana de Santa Catarina situada no sul do Brasil. Tratava-se de uma formação que construía hierarquias e desigualdades sociais e que era reforçada pelo espaço escolar, onde a educação contribuía com a legitimação da cultura do patriarcado, definindo papéis e lugares para cada gênero. Contudo, foi a formação recebida no espaço eclesial, sindicato e MMC que as conduziram para um processo de autoconsciência e rompimento com as normas de gênero que as havia constituído como inferiores e destinadas ao espaço doméstico. De modo que podemos afirmar que o maior impacto do MMC e dos lugares formativos, acima citados, sobre a vida dessas mulheres foi o despertar de uma nova subjetividade, de mulheres que podem fazer a sua própria história, acreditando-se iguais em direitos e dignidade.

As idades das entrevistadas revelam que elas são as mulheres que assumiram o protagonismo desde a décadas de 1980 e 1990, e devido à importância que o MMC teve em suas vidas, elas consideram que se faz necessário ressignificar e envolver novas militantes no movimento, oferecendo-lhes formação para continuar a luta emancipatória das mulheres camponesas. Isso porque a resistência, a insurgência e a retomada de formação militante camponesa continua sendo uma ferramenta significativa para dar continuidade ao enfrentamento do sistema capitalista hegemônico do patriarcado e do machismo articulados e fortalecidos, sobretudo pelos discursos conservadores do atual cenário político.

Referências

- ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. In: MESADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLET, Zenaide (Orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- CASTRO, Joana. **Conferencia Magistral “Epistemologia e Investigacion Feminista”**. Disponível em: <https://be/OFjV9lrWRSO>. Acesso em: 09 set. 2020.
- CINELLI, Catiane; RIBEIRO, Marlene. Educação popular e mulheres camponesas. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Org.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.
- CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Denise Mariane e DARON, Vanderléia Pulga. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. (Conceição Paludo org.). São Leopoldo: CEBI, 2009.
- COSTA, Michelly Aragão Guimarães. O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos. **Territórios Revista de Educação**, Universidade Federal de Pernambuco: Caruaru, Brasil, v. 4, n. 6, 2018.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como uma categoria de análise decolonial. Dossiê Gênero Sexualidade, gênero decolonial. **Cívitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr, 2018.
- GRAUPE, M. E. Pedagogia da equidade; gênero e diversidade no contexto escolar. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Suzana Bornéo. (Orgs.). **Políticas e fronteiras: desafios feministas**, v. 2. Tubarão: Copiart, 2014.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.
- HOOKS, Bell. Compreendendo o Patriarcado. In: CORREIA, Carol. **Compreendendo o patriarcado, por bell hooks**. Tradução de Angelica Rente. Medium.com/blogspot., 21 jun. 2017. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/compreendendo-o-patriarcado-por-bell-hooks-3a0f73f5e5f8>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- HOOKS, Bell. O Feminismo é para todo Mundo. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, v. 4, n. 6, 2018.
- HOOKS, Bell. **A vontade de mudar**. Nova Iorque: Washington Square Press, 2005.
- LOCKS, Geraldo Augusto. Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas contemporâneas n serra catarinense. In: PEIXER, Zilma Izabel; CARRARO, José Luíz. **Povos do campo, educação e natureza**. Lages: Grafine, 2016.
- MAYRING, Philippe. Qualitative Inhaltsanalyse. In: FLICK, Uwe.; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines. (Orgs.). **Qualitative Forschung: Ein Handbuch**. Reinbeck: Rowohlt. S. 468-475, 2009.

- MUNARIN, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PALUDO, Conceição (Orgs.). **Mulheres - resistência e luta pela defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.
- PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed: da UFSC, 2016.
- PAULO NETO, José; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista. Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996.
- SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto, LAGO, Mara Coelho de Souza e WOLFF, Cristina Scheibe. “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20. n. 2, jul./dez. 1995.
- SILVA, Ana Carolina de Assis Marinho da; MARCONDES, Valéria. Mulheres Camponesas e Cidadania: um aporte teórico sobre o consumo midiático entre integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 11-28, sem. 2 2014.